



Anelice Calixto Ruh
(Organizadora)

**Saberes e
Competências
em Fisioterapia e
Terapia Ocupacional 2**

Anelice Calixto Ruh
(Organizadora)

Saberes e Competências em Fisioterapia e Terapia Ocupacional 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S115	Saberes e competências em fisioterapia e terapia ocupacional 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anelice Calixto Ruh. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Saberes e Competências em Fisioterapia e Terapia Ocupacional; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-471-9 DOI 10.22533/at.ed.719191007 1. Fisioterapia. 2. Terapia ocupacional. 3. Saúde. I. Ruh, Anelice Calixto. II. Série. CDD 615
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Fisioterapia e a Terapia Ocupacional eram vistas como profissões secundárias na saúde pública, mas de uns anos para cá se tornaram primordial nas equipes de atenção primária a saúde, incluindo serviços de emergência e urgência, prevenção e tratamento.

Como estes profissionais dispensam uma atenção e contato direto com o paciente, devem estar atentos a sua forma de trabalho e carga horária. Estas condições e as formas de organização do processo de trabalho podem proporcionar equilíbrio e satisfação, como podem gerar tensão, insatisfação e conseqüentemente adoecimento do trabalhador. Neste volume encontramos uma revisão muito importante a cerca deste tema ainda não explorado.

No âmbito da terapia ocupacional a música se torna um instrumento de reabilitação, reinserção, tratamento e prevenção de muitos desvios comportamentais principalmente dos jovens.

Alvo de discriminação pessoas com problemas de saúde mental eram excluídas da sociedade. Mas as práticas de cuidado em saúde mental atualmente têm demonstrado experiências positivas de inclusão social por meio de diversos dispositivos, dentre eles o trabalho, confirmando uma estratégia potente no processo de emancipação e de autonomia das pessoas com transtornos mentais.

Ainda neste volume encontramos artigos sobre doenças relacionadas ao envelhecimento.

Se atualize constantemente!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DA INSERÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO TRANSPORTE AÉREO DE PACIENTES CRÍTICOS	
Geiferson Santos do Nascimento Keli Nascimento de Araújo Railton da Conceição Menezes Silviane Passos Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.7191910071	
CAPÍTULO 2	14
SÍNDROME DE BURNOUT EM FISIOTERAPEUTAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	
Cleide Lucilla Carneiro Santos Carlito Lopes Nascimento Sobrinho Gabriella Bene Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.7191910072	
CAPÍTULO 3	30
FORMAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE DA FAMÍLIA: O OLHAR DOS FISIOTERAPEUTAS EGRESSOS DE UMA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL	
Alana Maiara Brito Bibiano Emanuella Pinheiro de Farias Bispo Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório Roberto Firpo de Almeida Filho Michelle Carolina Garcia da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.7191910073	
CAPÍTULO 4	40
A PRÁTICA FISIOTERAPÊUTICA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE: ANALOGIA ENTRE A PROPOSTA DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E UMA REALIDADE NA REGIÃO AMAZÔNICA	
Geiferson Santos do Nascimento Isabella Naiara de Almeida Moura	
DOI 10.22533/at.ed.7191910074	
CAPÍTULO 5	54
HIP HOP E TERAPIA OCUPACIONAL : IDENTIDADE, CONSCIENTIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE JOVENS	
Heliana Castro Alves Natasha Pompeu de Oliveira Aline Dessupoio Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.7191910075	
CAPÍTULO 6	67
DELINEANDO O CAMINHO: SELECIONANDO DESCRITORES PARA REVISÃO INTEGRATIVA NO ÂMBITO DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL	
Yuri Fontenelle Lima Montenegro Chrystiane Maria Veras Porto Marilene Calderaro Munguba	
DOI 10.22533/at.ed.7191910076	

CAPÍTULO 7	78
TERAPIA OCUPACIONAL E O MOVIMENTO DE ARTES E OFÍCIOS: UMA PROPOSTA ONTOLÓGICA DO FAZER ARTESANAL	
Geruza Valadares Souza Marcus Vinicius Machado de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.7191910077	
CAPÍTULO 8	98
IMPLEMENTAÇÃO DE PROCESSOS FORMATIVOS POR MEIO DE CENTROS REGIONAIS DE REFERÊNCIA PARA AGENTES E TRABALHADORES ATUANTES NO CAMPO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS	
Andrea Ruzzi-Pereira Paulo Estevão Pereira Ailton de Souza Aragão Rosimar Alves Querino Erika Renata Trevisan	
DOI 10.22533/at.ed.7191910078	
CAPÍTULO 9	109
O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL PARA A ARTICULAÇÃO TERRITORIAL NO ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE DROGAS	
Ailton de Souza Aragão Rosimár Alves Querino Erika Renata Trevisan Andrea Ruzzi Pereira Paulo Estevão Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7191910079	
CAPÍTULO 10	126
ITINERÁRIOS EM SAÚDE MENTAL: TENDÊNCIAS E NECESSIDADES	
Raphaela Schiassi Hernandes Genezini Bianca Gonçalves De Carrasco Bassi	
DOI 10.22533/at.ed.71919100710	
CAPÍTULO 11	141
OFICINAS DE GERAÇÃO DE RENDA EM SAÚDE MENTAL: INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO	
Erika Renata Trevisan Ana Cláudia Ramos Fidencio Andrea Ruzzi Pereira Ailton de Souza Aragão Paulo Estevão Pereira Rosimar Alves Querino	
DOI 10.22533/at.ed.71919100711	
CAPÍTULO 12	155
ENSAIO TEÓRICO-PRÁTICO EM TERAPIA OCUPACIONAL:REINVENTANDO LUGARES E ESCOLHAS OCUPACIONAIS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL	
Rita de Cássia Barcellos Bittencourt Luiz Antonio Pitthan	
DOI 10.22533/at.ed.71919100712	
CAPÍTULO 13	169
APLICAÇÃO DA ESCALA DE AVALIAÇÃO DA IMAGEM POSTURAL EM INDIVÍDUOS COM DOENÇA	

DE PARKINSON (EAIP-DP): ESTUDO PILOTO

Milena Velame Deitos
Karen Valadares Trippo

DOI 10.22533/at.ed.71919100713

CAPÍTULO 14 183

AVALIAÇÃO DA FUNÇÃO EXECUTIVA EM IDOSOS COM DOENÇA DE PARKINSON TRATADOS COM EXERGAME: UMA SÉRIE DE CASOS

Karen Valadares Trippo
Carolina Ferreira Oliveira
Daniel Dominguez Ferraz

DOI 10.22533/at.ed.71919100714

CAPÍTULO 15 200

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES ACOMETIDOS POR ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE) PROVENIENTES DO HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE MAIA (HRTM)

Oziel Tardely Sousa Farias
Vinícius Carlos de Oliveira Amorim
Pablo de Castro Santos

DOI 10.22533/at.ed.71919100715

CAPÍTULO 16 215

AVALIAÇÃO DE EQUILÍBRIO E MOBILIDADE EM IDOSOS COM GONARTROSE

Jhonata Clarck Rodrigues da Silva
Dominique Babini Lapa de Albuquerque
Dianny Dairly Barbosa de Lucena

DOI 10.22533/at.ed.71919100716

SOBRE A ORGANIZADORA..... 223

HIP HOP E TERAPIA OCUPACIONAL : IDENTIDADE, CONSCIENTIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE JOVENS

Heliana Castro Alves

Departamento de Terapia Ocupacional
Universidade Federal do Triângulo
Mineiro – UFTM, Uberaba, MG, Brasil

Natasha Pompeu de Oliveira

Universidade Federal do Triângulo
Mineiro – UFTM, Uberaba, MG, Brasil

Aline Dessupoio Chaves

Departamento de Educação Física, Universidade
Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba
MG, Brasil

RESUMO: O Hip Hop é considerado um movimento artístico de contestação social que forma um sistema simbólico orientador das práticas culturais e das atitudes juvenis possibilitando a cidadania e o reconhecimento social. Esta pesquisa teve por objetivo descrever e analisar a utilização do Hip Hop como estratégia para a construção da identidade, conscientização, participação e inclusão social de jovens inseridos no cotidiano de comunidades periféricas na perspectiva dos direitos culturais. O estudo consistiu num estudo de caso, de abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu durante um ano a partir de 10 entrevistas semiestruturadas e filmagem de oficinas artístico-culturais no contexto terapêutico ocupacional, atuando na interface entre o campo social, o campo cultural

e o campo da educação não formal. A análise de conteúdo temática gerou três categorias temáticas: Construção da identidade e resgate da trajetória de vida; hip hop como expressão da realidade social; Inclusão e participação social. A pesquisa sugere que o Hip Hop pode ser um recurso pertinente nas práticas socioeducativas, possibilitando a reflexão crítica de jovens em situação de vulnerabilidade social sobre os seus contextos, no resgate da trajetória de vida, construção identitária e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Ocupacional, Educação, Justiça Social, Direitos Humanos, Cultura.

HIP HOP AND OCCUPATIONAL THERAPY: IDENTITY, AWARENESS AND SOCIAL PARTICIPATION OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT: Hip Hop is considered an artistic movement of social protest, which forms a symbolic guiding system of cultural practices and youth attitudes, enabling citizenship and social recognition. This study aimed to describe and analyze the use of hip hop as a strategy for the construction of identity, awareness, participation and social inclusion of young people in the daily life of peripheral communities from the perspective of cultural rights. This is a case study with a qualitative approach. Data collection took place over a year using 10 semi-structured interviews and footage of artistic and cultural

workshops in the occupational therapeutic context, working at the interface between the social, the cultural field and the field of non-formal education. The thematic content analysis created three themes: Identity Construction and rescue the life course; Hip Hop as an expression of social reality; Social inclusion and participation. This research suggests that Hip Hop can be a useful resource in socio-educational practices, enabling critical reflection of young people in social vulnerability on their contexts, the rescue of the life course, identity construction and social participation.

KEYWORDS: *Occupational Therapy, Education, Social Justice, Human Rights, Culture.*

1 | INTRODUÇÃO

É possível observarmos, nos últimos anos, um alargamento da atuação do terapeuta ocupacional que passa a ser visto como um profissional que apresenta como perspectiva de atuação um compromisso com uma prática interdisciplinar voltada para o sujeito coletivo e seu território. Ao articular a dimensão macroestrutural com o conhecimento amplo do território e a dimensão microsocial pelas histórias de vida que se traduzem a partir dos sujeitos coletivos (LOPES; SILVA, 2007), a terapia ocupacional busca um entendimento amplo das suas intervenções tanto no campo social quanto no campo da educação e cultura e, sobretudo, na interface entre estes diferentes campos. Neste cenário, a intervenção da terapia ocupacional na educação não-formal se alinha a partir de uma proximidade epistemológica de sua prática fundamentalmente territorial a partir de tecnologias sociais que visam à inclusão e participação social de sujeitos coletivos inseridos num determinado território e contexto sócio-político e cultural. Entre as tecnologias sociais utilizadas por este profissional, destacam-se as atividades artístico-culturais que são redimensionadas e ressignificadas dependendo do contexto de atuação.

O Hip Hop constitui um movimento de cultura juvenil que surgiu nos Estados Unidos na década de 60 a partir de práticas culturais dos jovens negros e latino-americanos nos guetos e ruas dos grandes centros urbanos. Composta por quatro elementos básicos (o Mestre de cerimônia, o DisJoquei, o Break e o grafite), a cultura Hip Hop constitui, um sistema orientador das práticas culturais e das atitudes da juventude de periferia e apresenta uma gama diversa de linguagens artísticas (STOPPA, 2005; MAGRO, 2002; WELLER, 2000). Segundo Magro (2002), o movimento passou a ser difundido no Brasil a partir da década de 80, tornando-se, principalmente para os jovens da periferia urbana, um meio fecundo para mobilização e conscientização. Frequentemente, a juventude da periferia urbana é vinculada a um conjunto de fatores que a vulnerabiliza diante das consequências da desigualdade social. Concebe-se a juventude a partir da construção sócio-histórica implicada na relação deste sujeito com a sociedade retratando ainda um período do desenvolvimento que tem por essência a transformação: um constante processo de contestação e renegociação com as questões da vida coletiva. Deve-se, portanto, reconhecer o jovem como um sujeito capaz de

formular questões relevantes e ações significativas no campo social (MAGRO, 2002). Paralelamente e de forma imbricada com a juventude pobre, o contexto social em que o movimento cultural de Hip Hop passou a se evidenciar na sociedade se reflete no processo de exclusão social, preconceito em relação às minorias étnicas e perda de direitos sociais por parte de uma população marginalizada. Nesta conjuntura, o movimento hip hop é considerado um movimento de periferia e de caráter sociopolítico constituindo uma cultura de contestação e protesto perante a desigualdade.

A prática do terapeuta ocupacional no contexto da educação não formal pode se revelar particularmente profícua se relacionada à noção de cultura na sua dimensão estético-política, envolvendo, entre outros aspectos: o exercício dos direitos culturais, a aprendizagem política da cidadania e a vivência de um processo de conscientização. Esta prática deve possibilitar a articulação dos interesses do jovem nos do meio social em que está inserido, por meio de mecanismos de participação social que o terapeuta ocupacional pode agenciar durante sua prática. O papel deste profissional em consideração a um movimento cultural já consolidado deve, porém, levar em consideração as dinâmicas e lógicas próprias que são desenvolvidas no interior destas práticas culturais. Considerando o movimento Hip Hop uma manifestação artística contestatória e de caráter educativo/sociocultural, e ainda na perspectiva dos direitos culturais e justiça social, esta pesquisa teve por objetivo descrever e analisar a utilização do Hip Hop como estratégia para a construção da identidade, participação e inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social, na interface entre terapia ocupacional, cultura e educação.

2 | METODOLOGIA

A pesquisa de abordagem qualitativa teve caráter exploratório, na forma de um Estudo de Caso, com uma população constituída por dez jovens, homens e mulheres, inseridos no movimento Hip Hop, apresentando entre 14 e 17 anos, residentes em bairros periféricos de um município no interior de Minas Gerais. A pesquisa foi realizada entre 2010 e 2011, em dois bairros diferentes, sendo que, em um deles, realizou-se parceria com uma ONG de ação local. Os jovens que participaram da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sendo informados sobre os procedimentos e objetivos do estudo. Primeiramente foram realizadas entrevistas semiestruturadas gravadas, contendo questões acerca da percepção e concepção do movimento Hip Hop, do bairro em que vivem, descrição do cotidiano e sobre a participação dos jovens nos respectivos bairros. A segunda parte da pesquisa consistiu na oferta de oficinas artísticas e educativas no contexto terapêutico ocupacional. Para a coleta de dados, também foram realizados Diários de Campo (D.C) dos pesquisadores, anotando-se as percepções durante a coleta de dados. A análise de dados foi realizada a partir de análise de conteúdo temática.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira categoria “Hip Hop na construção da identidade e resgate da trajetória de vida” se constituiu a partir de relatos e vivências dos adolescentes quando estes expressaram, no coletivo mudanças na postura diante da vida através da filosofia do movimento Hip Hop, além de conter o processo de resgate espontâneo de memória da trajetória de vida ocorrido a partir das oficinas de escuta ativa de rappers. Foi possível observar que o Hip Hop é considerado por estes jovens como uma atividade significativa e motivacional, presente no cotidiano, permitindo um processo reflexivo e um amadurecimento destes adolescentes em seus contextos de vida. A categoria também discute como os elementos do Hip Hop se apresentam na vida dos adolescentes na afirmação de marca identitária.

Alguns estudos relacionam o Hip Hop a um importante movimento ligado à juventude de periferia que exprime um determinado estilo de vida vinculado simbolicamente à prática sociocultural (MAGRO, 2002; STOPPA, 2005; WELLER, 2000). Durante as oficinas, os jovens aludiam aos componentes estético-corporais das pessoas que participam do movimento cultural a partir de elementos-signos como roupas largas, boné, além da estilização da linguagem, estilo de dança, modo de andar (técnicas corporais) e canto. Este discurso parecia demonstrar a necessidade de imprimir uma maneira peculiar de expressão, marcada pelo corpo e cultura, como um enfrentamento à sociedade excludente e estigmatizadora, reafirmando uma condição de marginalidade que os diferencia de uma massa. A condição de marginalidade ainda é retratada pelos jovens como um fator positivo, relacionado à diferenciação resistente a partir dos gestos, cor da pele, classe social, compondo, assim, formas identitárias diferenciadoras, típicas da fase transformadora e crítica da juventude: *“Olha Hip Hop, a coisa às vezes meio que é criticado, às vezes pelo estilo das roupas que usamos, pelo jeito de falar e andar, mas assim também tem coisas boas para ser tirada de dentro do Hip Hop e saber aproveitar da melhor forma possível e muita gente acha que Hip Hop é para preto, morador de favela e nem é, hoje graças a Deus tá bem melhor, as pessoas entende um pouco melhor” (W).*

Os elementos do Hip Hop caracterizam-se, portanto, como marcas constitutivas de uma “identidade”. As “diferenças culturais”. aqui são evidenciadas na divisão de classes cujos símbolos se materializam nos signos corporais e atitudinais - o modo de vida de um rapper. A partir destes símbolos diferenciadores, os jovens mostravam uma forte identificação ideológica e uma nova maneira de enfrentar problemas, seja a partir da expressão artística, seja a partir da participação efetiva no movimento, expressando sua singularidade. Os jovens expressam que a partir desta atividade eles começam a apresentar reflexões que agenciam processos de aprendizagem e mudança, levando-os a pensar em novas soluções para os problemas vivenciados no cotidiano. Retratar o movimento Hip Hop como um signo sociocultural que imprime uma marca identitária para a expressão da juventude marginalizada remete a Paulo Freire

quando este afirma que a singularidade do homem e sua cultura devem ser respeitadas para que haja mudança social. Portanto, trabalhar no âmbito da educação com jovens em situação de vulnerabilidade no contexto terapêutico ocupacional pressupõe um mergulho na sua cultura a partir dos pressupostos ideológicos e formas de expressão intrínsecos ao movimento. A cultura é compreendida como um espaço estético de resistência e luta social e passa a ser vista no seu caráter relacional, em que os fatores de classe, etnia e gênero também podem estar implicados.. Em consideração às marcas identitárias relacionadas ao gênero artístico deste movimento, é necessário observar que, segundo Alves (2001), neste contexto cultural e artístico, busca-se compreender as relações possíveis entre o processo de criação (que ocorre no ato de dançar, grafitar) e a constituição da subjetividade num contexto demarcado pela exclusão social, investigando, assim, a movimentação dos sentidos para encontrar as reais possibilidades do jovem na criação de uma estética própria. Percebe-se como a utilização dos elementos do Hip Hop está relacionada à construção de subjetividades num constante processo de aprendizagem em que o jovem busca gerir uma visão de mundo que é construída a partir de uma relação significativa e significante com o meio social: [...] o quinto [elemento] é o conhecimento e o Hip Hop para mim é a onde eu mais consegui assim mudar o meu jeito de ser, de pensar e de agir [...] e eu também tendo esta visão foi que ele fez eu querer saber mais e mais e compreender mais as coisas, querer conhecer as coisas, saber mais, me fez evoluir [...] para vida, maneira de pensar, perceber as coisas e lidar com as pessoas (W).

Neste sentido, o jovem, ao reafirmar seu processo de construção de identidade, consegue, a partir da expressão de suas opiniões na música, ou a partir do resgate de história de vida, reconhecer a possibilidade de participar das relações sociais e, ao mesmo tempo, investir no seu autoconhecimento (MAGRO, 2002). Enquanto postura epistemológica voltada para o método do Paulo Freire, os pesquisadores valorizavam, sobretudo, a bagagem cultural anterior que os jovens traziam a partir da seleção da música, letras e coreografias. Porém, em alguns encontros, eram oferecidos aos participantes alguns rappers desconhecidos por eles, principalmente músicas que tratavam sobre personalidades negras. O contato com este material indicou a possibilidade de aprendizagem e reflexão, possibilitando novas referências para as ações cotidianas, além de reafirmação e valorização da identidade negra. Magro (2002) afirma o Hip Hop como um espaço de referência para os jovens, no qual é possível desenvolver um sentido de identidade radicalizado na experiência social, cultural e étnica. O Hip Hop possibilita, a partir da ação coletiva, a promoção do sentimento de pertença social: o jovem de periferia urbana, pobre, negro identifica-se com esta cultura por uma relação que este estabelece diretamente com sua realidade de vida e na forma como ele se insere na sociedade. Os elementos do Hip Hop caracterizam-se, portanto, com uma marca constitutiva de uma “identidade”, de um lugar, meio pelo qual as pessoas relacionam-se entre si e com o mundo (STOPPA, 2005). A música produz trilhas sonoras que embalam o cotidiano da vida social, afetiva e profissional das

peças. Os resultados indicam o rapper como uma forma de expressão que permite o resgate de memórias e histórias de vida, possibilitando assim o autoconhecimento, a aproximação entre terapeuta/jovem, além de agenciar reflexões sobre perspectivas de vida. Mesmo diante do caráter coletivo nos espaços socioeducativos, admite-se que o resultado pode ser absorvido individualmente (GOHN, 1999). Durante as oficinas o resgate espontâneo de histórias de vida se deu a partir de raps que os próprios jovens escolhiam: *“A música que mais mexe comigo é Góes, ‘quando o pai se vai’, pois ela é muito parecida com a história do pai que fez tudo que podia para a família, eu gostava de ficar com ele, de fazer as coisas com ele como futebol”* (W). Percebe-se, assim, que o contato com os rappers possibilitou a abertura de uma via de comunicação espontânea com os terapeutas ocupacionais que, por sua vez, aproveitavam o recurso simbólico das letras das músicas como um espaço forjado na relação com os jovens a partir de suas narrativas de vida. É interessante sinalizar que muitas vezes suas histórias se misturavam à própria letra da música durante o diálogo, mostrando o potencial da música como suporte material facilitador para a expressão do jovem. O rapper como instrumento para o resgate da trajetória de vida também esteve presente a partir de relato de outros participantes. No caso de J., ao selecionar e trazer uma música para o grupo ouvir, além de relatar, espontaneamente sua trajetória de vida entrelaçada à de sua mãe (antiga usuária de drogas que morreu assassinada pelo companheiro), também afirmou suas escolhas e perspectivas de futuro, tentando se diferenciar dessa realidade. Um dia, J. trouxe o rapper “Naquela Sala”, para nosso encontro e afirmou que essa música faz ela pensar na sua mãe que morreu espancada grávida de 7 meses no contexto do tráfico de drogas. A jovem disse ainda que esse é um dos fatores que ela, J. se separou do seu ex-companheiro, pelo fato dele estar envolvido com drogas. J. comentou que eles fizeram um trato que ele não precisava ajudar em nada com as crianças, mas que também não queria ele perto deles [...] assim ela teria uma história bem diferente de sua mãe (Diário de Campo). O clima emocional de partilha coletiva de histórias de vida a partir dos rappers enquanto um importante indicador da reflexividade provocada por este elemento na construção da identidade dos jovens corrobora com Weller (2000, p. 223) quando este afirma que “[...] os jovens compreendem o movimento como elemento de identificação com a verdade e com sua história de vida, constituindo uma partilha coletiva das experiências vividas.”

A segunda Categoria Vulnerabilidade e Suporte: Hip Hop como expressão da realidade social, é constituída pela percepção dos adolescentes em relação às situações de vulnerabilidade social presentes no bairro, como drogas, violência, relações conflituosas com a polícia, sociabilidade negativa com moradores do bairro, estigma social, assim como a percepção destes atores em relação aos equipamentos sociais presentes que garantem suporte social para o enfrentamento destas adversidades. Esta categoria também aborda a sociabilidade positiva que pode, em alguns momentos e para alguns dos jovens, estar presente no cotidiano do bairro em que vivem, atuando

como pontos de apoio para o seu desenvolvimento.

Os conteúdos aqui explicitados foram coletados a partir de oficinas terapêutico-ocupacionais de escuta ativa de músicas, identificando-as com os espaços sociais presentes no bairro e a identificação direta, por parte dos jovens, dos elementos discursivos apontados nos rappers com os acontecimentos cotidianos do bairro em que moram. Os jovens expressavam, a partir dos rappers escutados e discutidos, as formas de violência presentes no bairro, como brigas entre vizinhos e até mesmo dentro da família: [...] estas meninas de doze trezes anos se prostituindo, meninos de dez anos fazendo corre a para os caras vim, até eu mesmo já tive um problema com isso com a minha mãe: uma mulher que mora de frente em casa não converso com ela, ela falou para minha mãe que eu tava fazendo aviãozinho ai eu acabei apanhando do meu pai [...] depois que eu fiquei comecei a ficar dentro de casa este problema começou a sumir dai de repente eu saí pra fora para ver, tava bem pior que isso parece que o mundo começou a acabar de uma hora para outra, as drogas foi tomando conta do mundo hoje em dia eu não vejo nada de bom no mundo só violência (D). A partir dos rappers os participantes relatam o fenômeno da violência nas suas múltiplas facetas: a prostituição infantil, a presença do tráfico de drogas; práticas educativas parentais baseadas na coerção física além de, em alguns casos, a ausência de redes de solidariedades no bairro: *“Eu vejo traição... brigas, estas coisas assim [...] lá perto de casa se você passa perto de casa só vê um tanto de nego xingando, minha rua não é uma rua de se confiar não”* (D).

Sabe-se que a situação de vulnerabilidade é acentuada quando os adolescentes são submetidos a situações de vulnerabilidade social, na presença de vários fatores, especialmente aqueles de origem externa, relacionado ao ambiente social impactando o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e moral. Dentre estes, cita-se a violência física e psicológica, a negligência ou o abandono por parte dos pais, a morte de familiares, o envolvimento com o tráfico ou consumo de drogas, a pobreza, entre outros. Durante o processo de criação de novos conhecimentos no espaço educativo não formal, o agir comunicativo dos indivíduos, como reflete Gohn (1999), se volta para o entendimento dos fatos e fenômenos sociais cotidianos que são elaborados a partir das experiências anteriores segundo as condições histórico-sociais de determinado tempo e lugar. Levando em consideração que os relatos eram realizados a partir da escuta de rappers durante os encontros, percebe-se que a cultura emerge como prática de produção de significados, espaço e campo de significações. As oficinas possibilitaram o processo de aprendizagem a partir de uma apreensão coletiva da realidade social dos jovens, inovando as redes sociais para o estabelecimento de processos reflexivos entre estes atores sociais. Neste sentido, Paulo Freire (1980) realiza importantes reflexões acerca do caráter conscientizador de práticas educativas, aludindo ao desenvolvimento crítico da tomada de consciência por parte do sujeito acerca da sua realidade social. A conscientização é constituída por um ato de desvelamento, decodificação da realidade, ou seja, tomar “posse” desta realidade, envolvendo necessariamente o ato de ação-

reflexão do sujeito. A partir da reflexão crítica neste ato de “des-velar”, o homem pode esclarecer as dimensões obscuras que resultam de sua aproximação com o mundo e, antes de tudo, uma postura politizada que insere criticamente o sujeito na história. Por isso, a conscientização se constitui como um compromisso histórico (FREIRE, 1980). Desta forma, o Hip Hop tem sido percebido por vários estudiosos como um movimento social juvenil que possibilita a mobilização e conscientização destes jovens (MAGRO, 2002; WELLER, 2000).

A relação conflituosa com a polícia foi um dos aspectos abordados pelos adolescentes, enquanto reflexo da estigmatização social contra as condições socioeconômicas, além de apontar também os fatores culturais impressos em signos identitários relacionados ao movimento Hip Hop (estilo de roupas, modo de andar). Este tema é bastante explorado em rappers. Abramovay et al. (1999) relatam a abordagem violenta da polícia junto a jovens de periferia que, invariavelmente, trata como malandros ou bandidos: “qualquer jovem é malandro”, reforçando o estigma social vivenciado. Os jovens também expressaram temas cotidianos como rotina escolar, e a relação com espaços sociais e de lazer que eles frequentavam, como a praça, que foram destruídos por falta de manutenção e pelo uso do tráfico, como ponto de drogas. Isso pôde ser expresso no rapper criado por um participante durante uma das oficinas: *“Depois da pracinha, da minha casa ou da escola, vou para o campinho brincar e jogar bola, pra entrar no campo tem que ter muita vontade, agora eu não entendo por que tanta malandragem”* O movimento Hip Hop afirma sua função social de contestação ou revelação dos problemas sociais como o uso de drogas e armas. A partir da escuta e discussão do rap “Até quando” de Gabriel, o Pensador, um dos jovens afirma que: [...] hoje o mundo só tem violência, guerra morte todo de mais, tristeza só tem estas coisas todo lado que você vê você vê briga você vê morte se vê nada de bom aí, se tivesse um jeito de conserta o mundo seria melhor né mais nunca acha um jeito de consertar o mundo, é isso não tenho mais nada a falar (D).

No entanto, se existe em determinados momentos a expressão de desesperança e inação, a busca por partes dos jovens de lugares e equipamentos sociais que possam representar uma forma de apoio e de melhoria no bairro também foi percebida, apontando, em alguns momentos, aspectos positivos da sociabilidade destes jovens e a importância de políticas públicas protetivas. O suporte social abrange políticas e redes de apoio sociais que têm como finalidade contribuir para o bem-estar das pessoas, principalmente aquelas em situação de exclusão. Os dados revelam que a configuração de espaços de apoio e suporte social, como escola, CRAS, entre outros espaços de sociabilidade como festas e reuniões de bairro, funciona como um importante fator de segurança em que os jovens depositam uma perspectiva saudável de futuro. Por outro lado, para além da presença de equipamentos sociais públicos, a união da comunidade para resolução de problemas também é percebida pelos jovens como uma importante fonte de apoio na constituição de redes solidárias, constituindo espaços de aprendizagem não formal, participação social e enfrentamento das adversidades.

Percebe-se, assim, que os rappers no contexto das oficinas de terapia ocupacional funcionaram como balizadores do processo de reflexão dos adolescentes em relação aos processos e equipamentos sociais presentes no seu cotidiano, possibilitando uma conscientização e aprimorando a percepção crítica da realidade. O processo de criação destes rappers possibilitou aos profissionais, portanto, um mapeamento das redes de suporte e vulnerabilidades do território, além de propiciar uma abertura de diálogo com os jovens na elaboração de estratégias pessoais e sociais para o enfrentamento das situações relacionadas à violência e drogas.

A terceira categoria, Hip Hop e voz ativa: inclusão e participação social, revela aspectos das verbalizações dos participantes quando estes relacionam a atividade do Hip Hop com a participação e inclusão social, reconhecendo o movimento como um elemento que proporciona a sociabilidade positiva destes jovens na constituição de um importante espaço de reconhecimento social, cidadania e construção de perspectivas futuras. Durante as oficinas terapêutico-ocupacionais, os jovens expressam que não possuem voz ativa na sociedade, não sendo ouvidos pelas autoridades ou pelos adultos, mas que a inclusão no movimento lhes permite expressar o que pensam acerca dos problemas sociais que vivenciam.

Sabe-se que os jovens são colocados à margem do poder político e são definidos, na maior parte das vezes, como um problema social. A visão de que o adolescente ainda não alcançou uma competência crítica, social e política aponta, inevitavelmente, para Magro (2002), a necessidade de desenvolvimento de uma pedagogia de controle por parte dos adultos. Esta visão da sociedade sobre os jovens é percebida por eles: “Os jovens não tem voz: quando a gente vê uma coisa e vai contar pros nossos pais, ai eles acha que é coisa da nossa imaginação, que não acontece isso” (D.S). No entanto, como afirma Magro (2002), o cotidiano se revela como uma espécie de ateliê existencial, no qual os jovens provam suas potencialidades criativas, criam novas formas de estar no mundo, novas formas de solidariedade e representatividade social, podendo estar contrários às normas sociais vigentes. Antes de tudo, a coletividade própria do movimento Hip Hop é vista como uma forma de manifestação das vozes periféricas, principalmente aqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade social. É neste sentido que Stoppa (2005) alude a alguns estudos que apontam o movimento a partir de sua importância social, relacionando-o à participação sociocultural, como uma conquista da cidadania e formação de estratégias de atuação nos movimentos sociais. Em alguns momentos, os participantes aludiram ao Hip Hop a possibilidade de inclusão social a partir do próprio conhecimento técnico. Assim, o “saber-dançar”, “saber-cantar” ou “saber grafitar”, ou seja, as práticas culturais enquanto direito social, surgem no horizonte dos jovens como saberes especializados que lhes permite uma entrada na vida urbana a partir do trabalho, status, reconhecimento e estabelecimento de um papel na sociedade. Os resultados apontam que a inserção no movimento Hip Hop possibilita aos jovens uma perspectiva de participação e reconhecimento social (dar aulas, transmitir conhecimentos, dançar em espetáculos) em contextos

relacionais a partir do prisma educacional, além de ampliar as possibilidades de troca de experiências com a comunidade. É neste sentido que observamos a importância de se constituir práticas interventivas a partir das políticas culturais, aproveitando o potencial transformador da cultura na perspectiva da inclusão e justiça social. Percebe-se o desejo por mudanças sociais por parte dos jovens, a partir de uma reflexão sobre o seu contexto social e enxergando a si mesmos como agentes de transformação. Este prisma da relação do sujeito com o próprio processo criativo numa relação de troca produtiva com a sociedade, aponta para a perspectiva do exercício dos direitos culturais. A transmissão de saberes no contexto da desigualdade social parece se configurar, portanto, como um sonho e uma perspectiva do jovem: “[...] se Deus quiser um dia eu consigo, é minha vontade de um dia montar um projeto para esta galera que mora nas ruas e convive na rua (...)” (W). Os jovens envolvidos em atividades culturais que os inserem neste processo reflexivo, como afirma Magro (2002), resgatam a educação como uma formação de autores-cidadãos, capazes de formularem questões relevantes e ações significativas no campo social, além de tecerem seus projetos existenciais, transformando seu lugar na realidade social.

A apreensão de determinados aspectos desta realidade, a partir da escuta de rappers seguida de filmagens de pontos do bairro, parece vir vinculada, para além da tomada de consciência dos problemas sociais subjacentes, às estratégias para a solução destes problemas (mutirão popular, ações políticas), conjecturando o potencial deste trabalho socioeducativo e cultural para o empoderamento dos jovens na busca de soluções estratégicas coletivas para o enfrentamento de condições sociais adversas reveladas no seu cotidiano: *“Antes era tudo limpinho agora ninguém mais quer cuidar, e isso é tudo coisa nossa, da sociedade, do urbano, da nossa cidade. [...] a gente tem que pedir para a prefeitura pra limpar, por que isso aqui tá narquia, de sujeira [...] ai nós estamos vendo que podia juntar a comunidade a arrumar esse campinho pra brincar, pra mudar um lugar pra divertir”* (L). A reflexão coletiva durante as oficinas sobre os problemas que a comunidade enfrenta, principalmente pela ocupação do tráfico nos pontos de lazer sugere, como afirma Stoppa (2005), o Hip Hop como uma prática educativa sociocultural que possibilita a organização coletiva de jovens na busca de alternativas aos problemas vivenciados no cotidiano. Problemas estes que podem estar relacionados à discriminação racial, violência, drogas, prostituição, situação de rua, etc. - fenômenos típicos da sociedade contemporânea em decorrência de processos político-econômicos e históricos. A atividade expressiva surge como eixo fundamental no desenvolvimento de práticas sociais que apostam no material humano e na elaboração crítica da realidade social como elementos balizadores do processo de criação. A Tabela 1 demonstra algumas letras de rap criadas pelos participantes no processo das oficinas de terapia ocupacional.

<p>Eu acho que estou certo, eu tenho meu direito, pra melhorar o campo só com a ajuda do prefeito.</p>	<p>Aí meu povo, aí pessoal Tem que vir para cá a inclusão social Sei que você nunca fez Se que você nunca viu Mas vai ter que fazer para melhorar nosso [nome do bairro].</p>	<p>O mundo no [bairro] tem que ser diferente Pra melhorar o mundo só depende da gente As crianças do [bairro] tem que ir para a escola Mas se não contribuir Seus pais os ignora.</p>
<p>Eu e o [nome de amigo] no mundo da dança O futuro só depende das crianças O nosso [bairro] vai virar uma cidade Mas prá melhorar tem que ter solidariedade.</p>	<p>Olha o tomate Ele está maduro Vou para o projeto Buscar o meu futuro.</p>	

Tabela 1. *Rappers* criados pelos participantes da pesquisa durante as oficinas.

O processo educativo não formal possibilitado pelo Hip Hop, na visão de Stoppa (2005) possibilita o vislumbre de uma nova perspectiva de inclusão social para os membros da comunidade a partir de uma inserção crítica, participando ativamente em ações coletivas em busca de saídas para estes problemas. Os jovens manifestaram, na criação de raps, a noção do coletivo, do exercício da cidadania e de redes de solidariedade como estratégias de enfretamento. Esta prática nos leva às proposições de Freire (1980) quando este afirma que, a partir da conscientização, o indivíduo deixa de ser objeto para ser sujeito, inserindo-se criticamente na realidade e constituindo-se ativamente como protagonista do seu próprio processo educativo na perspectiva da mudança social.

Os desafios relacionados aos problemas sociais demandam uma ação de sujeitos em vias de conscientização: o sujeito deixa de naturalizar, por exemplo, a violência no bairro, para problematizá-la a partir de reflexões acerca de uma realidade passível de transformação. É possível perceber, portanto, que os jovens conseguem se apropriar do Hip Hop enquanto uma manifestação cultural contestatória no agenciamento de mudanças sociais do seu bairro a partir do acesso aos agentes políticos que a música proorcionaria: “*Eu acho assim... que a gente podia era cantar esses rapper para os políticos, para ver se eles faziam alguma coisa... tá tudo aqui*” (E). Os resultados sugerem, assim, que a criação de espaços terapêuticos ocupacionais ligados às atividades culturais junto ao movimento Hip Hop possibilita a construção de vivências coletivas rumo à participação social e laços identitários que se reafirmam na luta social de grupos marginalizados. A forma de expressão política e cultural é assumida, portanto, como um importante instrumento para a promoção da cidadania por parte de jovens, possibilitando uma inserção crítica na realidade e, antes de tudo, potencializando as possibilidades de transformação social dos espaços vividos na comunidade.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste trabalho foi analisar a utilização da cultura Hip Hop como estratégia para a construção da identidade, processos de cidadania, participação e inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade social inseridos no cotidiano de comunidades periféricas a partir de uma prática terapêutica ocupacional social no campo da cultura e da educação não formal. A pesquisa apresentada sugere importantes contribuições para a reflexão sobre as possibilidades que a cultura hip hop oferece no processo socioeducativo com a população em questão, além de apontar algumas perspectivas para a atuação da terapia ocupacional social na articulação entre cultura e educação. Sumariamente, os resultados apontam o Hip Hop como um recurso pertinente nas práticas socioeducativas-culturais, possibilitando a reflexão crítica destes jovens sobre os seus contextos sociais no processo de construção de identidade e formação cidadã, e possibilitando sua sensibilização para a mudança social a partir de práticas comunitárias que envolvem processos de negociação com o poder público na conquista de direitos sociais. Os elementos do Hip Hop podem vir a se tornar marca identitária, constituindo um relevante instrumento para conscientização, expressão/resgate da trajetória da história de vida, e participação social. Reafirma-se que os procedimentos metodológicos utilizados no processo de construção da prática terapêutica ocupacional possibilitam a valorização das vozes subalternas destes jovens que passam a se expressar carência socioeconômica, violação de direitos, projetos de mudança, demandas não atendidas pelo poder público.

No contexto dos atendimentos em terapia ocupacional, estabeleceu-se uma interface entre os campos social, educacional e cultural, promovendo um encontro profícuo de tecnologias sociais que abarcassem a complexidade das demandas sociais apresentadas. Enquanto estratégia, a intervenção da terapia ocupacional constituiu um espaço social e culturalmente articulador, tendo como base o processo criativo destes jovens. Na sua dimensão mediadora, as atividades junto ao Hip Hop possibilitaram uma cartografia cultural da sociabilidade do território, apresentando assim, tanto o mapeamento das redes de suporte quanto um mapeamento dos fatores de vulnerabilidade vivenciados pelos jovens no território. Nesta pesquisa, percebe-se ainda que a articulação da terapia ocupacional junto ao potencial apresentado pelo movimento cultural do Hip Hop permite uma interessante prática no processo de coletivização dos jovens em torno das problemáticas vivenciadas na comunidade, aproximando-os criticamente desta realidade a partir da discussão e formulação de estratégias coletivas de enfrentamento dos problemas sociais presentes na vida cotidiana. A atividade cultural do Hip Hop, no encontro com os saberes da terapia ocupacional, portanto, provocou uma ampliação das possibilidades de agenciamento social junto ao público, a partir de um investimento empoderador voltado para a articulação entre direitos culturais e justiça social. A cultura e a educação funcionaram, portanto, como eixos estruturantes da práxis, na imbricação de saberes de diferentes

campos do conhecimento e consolidação de práticas sociais suportivas. É possível apontar que a fértil articulação entre cultura e justiça social no campo das políticas públicas culturais acaba por promover discussões e práticas importantes que reúnem temáticas como diversidade cultural, identidade e direitos de grupos vulneráveis. Defende-se que é do território de experiências e conhecimentos, a partir do paradigma da interculturalidade e na perspectiva da justiça, inclusão social e promoção da cidadania, que a terapia ocupacional fala e atua. Antes de tudo é necessário, porém, compreender o encontro da prática da terapia ocupacional com movimentos culturais já consolidados no território, como a construção conjunta de um terceiro espaço: um espaço intercultural, que articula práticas e saberes diferenciados entre o profissional e seu público. Neste “terceiro espaço”, é profícuo e válido pensar a atividade cultural não apenas na sua dimensão instrumental, mas como um lócus enunciativo de vozes subalternas e suas diferenças culturais. Deve-se ainda pensar a intervenção como um balizador do processo estético-político de legitimação social das práticas culturais já realizadas no território, potencializando novos afetos, novas perspectivas, reflexões, agenciamentos, possibilidades de encontros e, antes de tudo, a consolidação dos direitos culturais da população. Neste terceiro espaço construído com a terapia ocupacional, o Hip Hop parece, portanto, se evidenciar e se afirmar como um movimento cultural que agencia a voz ativa dos jovens de periferia urbana para uma ação socialmente transformadora.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ALVES, F. S. **Dança de rua: corpos e sentidos em movimento na cidade**. Rio Claro: Unesp, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas para a terapia ocupacional no Brasil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 158-164, 2007.
- MAGRO, V. M. M. Adolescentes como autores de si próprios: cotidiano, educação e o Hip Hop. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 22, n. 57, p. 63-75, 2002.
- STOPPA, E. A. **“Tá ligado mano”: o hip hop como lazer e busca de cidadania**. 2005. 143 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- WELLER, W. **A construção de identidades através do hip hop: uma análise comparativa entre rappers negros em São Paulo e rappers-alemães em Berlim**. *Caderno CRH*, Salvador, n. 32, p. 213-232, 2000.

Fonte de Financiamento: Ministério da Educação- (Proext).

SOBRE A ORGANIZADORA

ANELICE CALIXTO RUH Fisioterapeuta, pós-graduada em Ortopedia e Traumatologia pela PUCPR, mestre em Biologia Evolutiva pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Prática clínica em Ortopedia com ênfase em Dor Orofacial, desportiva. Professora em Graduação e Pós-Graduação em diversos cursos na área de saúde. Pesquisa clínica em Laserterapia, kinesio e linfo taping.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-471-9



9 788572 474719